

Encaminhem-se à **Divisão de Apoio à 1ª Câmara**, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 12 de janeiro de 2026.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS

Conselheiro Substituto

Relator



Conheça a biblioteca do TCE-PI



O funcionamento é das 7h30 às 20h, de segunda a sexta-feira.

ATOS DA PRESIDÊNCIA

REPUBLICAÇÃO POR ERRO FORMAL

Portaria nº 5 – SP | Processo nº 107366/2025

Define as Unidades Prestadoras de Contas (UPCs), as Unidades Apresentadoras de Prestação de Contas (UAPCs), as Unidades Apresentadoras de Relatório de Gestão (UARGs) e os respectivos itens da prestação de contas para o **exercício de 2026**, conforme Instrução Normativa nº 05/2023 e Instrução Normativa nº 01/2022 e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista as competências que lhe são conferidas pelo art. 44 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

CONSIDERANDO a necessidade de definição das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs), das Unidades Apresentadoras de Prestação de Contas (UAPCs), dos itens de prestação de contas e os respectivos sistemas de prestação de contas que estejam obrigados a apresentar, conforme arts. 8º, §1º, e 9º, §1º e 17 da Instrução Normativa nº 05/2023, de 18/12/2023;

CONSIDERANDO a competência prevista no arts. 8º, §1º, e 9º, §1º e 17 da Instrução Normativa nº 05/2023, de 18/12/2023, que atribui à Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí a definição das UPCs, UAPCs que deverão apresentar prestação de contas a esta Corte de Contas e os respectivos itens de prestação de contas;

CONSIDERANDO que, conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 05/2023 de 18/12/2023, será definido por meio de Portaria da Presidência os itens de prestação de contas do sistema Documentação Web;

CONSIDERANDO que, conforme art. 61-A, §2º da Instrução Normativa nº 05/2023 de 18/12/2023, será definido por meio de Portaria da Presidência os modelos de prestação de contas do sistema TCEEnvia;

CONSIDERANDO a competência prevista no art. 5º, § 1º, da Instrução Normativa nº 01/2022, de 31/03/2022, que atribui à Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí a definição das UARGs para apresentação e organização do relatório de gestão consolidado;

CONSIDERANDO que, conforme art. 53-A da Instrução Normativa nº 05/2023 de 18/12/2023, a partir do exercício de 2024, as UAPCs que forem obrigadas pela Portaria da Presidência a que se refere o § 1º do Art. 8º a apresentar o Relatório de Gestão Consolidado (RGC) serão caracterizadas como Unidades Apresentadoras de Relatório de Gestão (UARGs) para fins do art. 5º, I da IN TCE-PI nº 01/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Para fins de organização e apresentação a este Tribunal das prestações de contas das unidades jurisdicionadas deste Tribunal, ficam definidas as Unidades Prestadora de Contas (UPCs),

as Unidades Apresentadoras de Prestação de Contas (UAPCs) e os respectivos sistemas eletrônicos que estão obrigados a apresentar a prestação de contas, nos termos do art. 7º e 9º da Instrução Normativa nº 05/2023, de 18/12/2023, conforme **Apêndice A** desta portaria, que está estruturado nos quadros a seguir:

- Quadro 1. Executivo estadual;
- Quadro 2. Demais poderes estaduais;
- Quadro 3. Executivo capital, exceto RPPS;
- Quadro 4. Executivo Municipal, exceto capital;
- Quadro 5. Legislativo Municipal;
- Quadro 6. Fundos públicos;
- Quadro 7. RPPS municipal;
- Quadro 8. Consórcios públicos.
- Quadro 9. Unidades de saúde;
- Quadro 10. Associações privadas;
- Quadro 11. Organizações da sociedade civil (OSC)
- Quadro 12. Outros jurisdicionados.

§ 1º O apêndice previsto no *caput* especificará para cada UAPC informações adicionais sobre as prestações de contas que a unidade está obrigada a apresentar.

§ 2º As unidades da Administração Pública não relacionadas no Apêndice previsto no *caput* deverão ter suas prestações de contas integradas a uma das UPCs listadas, de acordo com a sua vinculação institucional.

§ 3º O dirigente de UPC que iniciar suas atividades no decorrer do exercício e que não faça parte da estrutura administrativa-organizacional de qualquer outra UPC, ainda que aquela não esteja listada nos Apêndices previstos no *caput*, prestará contas do período em que operou no exercício, devendo o seu cadastro ser solicitado na forma do §2º do art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2023.

§ 4º Os fundos que não estiverem listados individualmente como UPC e/ou UAPC no Quadro 6 do apêndice A previsto no *caput* deste artigo devem ter sua prestação de contas integrada ao órgão ou instituição em cuja política de governo estejam inseridos e/ou pelo qual sejam supervisionados ou estejam subordinados.

§ 5º As UPCs listadas nos Apêndices previstos no *caput* que forem extintas, liquidadas, dissolvidas, transformadas, fundidas, cindidas, incorporadas ou desestatizadas durante o exercício financeiro devem prestar contas até a data da conclusão do evento, cabendo às unidades que as sucederem, caso existam, prestarem contas na forma da Instrução Normativa nº 05/2023.

Art. 2º Nos termos dos arts. 17 e 61-A, §2º da Instrução Normativa nº 05/2023, fica definido nos **Apêndices B e C** desta portaria os grupos e os itens da PC do sistema DocWeb e os modelos do sistema TCEnvia de todas as periodicidades para o exercício de 2026.

§ 1º O **Apêndice B** especificará os grupos de itens da prestação de contas (PC) para cada UAPC.

§ 2º O **Apêndice C** especificará os itens e modelos de cada grupo de prestação de contas, com seus respectivos detalhamentos e informações adicionais.

Art. 3º Para fins de elaboração e envio do relatório de gestão consolidado na prestação de contas das unidades jurisdicionadas deste Tribunal, previsto na Instrução Normativa nº 01/2022, ficam

definidas as Unidades Apresentadoras de Relatório de Gestão (UARGs), conforme **Apêndice D** desta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se às prestações de contas do exercício de 2026.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 07 de janeiro de 2026